

**HISTÓRIA E MEMÓRIA NO CONTEXTO DE FEDERALIZAÇÃO
UNITINS/UFT: A LUTA POR UMA INSTITUIÇÃO PÚBLICA E
GRATUITA NO NORTE DO TOCANTINS**

**HISTORY AND MEMORY IN THE CONTEXT OF FEDERALIZATION
UNITINS / UFT: THE STRUGGLE FOR A FREE PUBLIC
INSTITUTION IN NORTHERN TOCANTINS**

**Juliane Gomes de Sousa
Jocyleia Santana dos Santos
Maria José de Pinho**
E-mail: julinhajp10@gmail.com

RESUMO

O trabalho aborda o contexto do movimento que desencadeou o processo de federalização da Universidade do Tocantins para a atual Universidade Federal do Tocantins. O objetivo consiste em refletir como esse movimento foi vivenciado na realidade do Câmpus Universitário de Tocantinópolis, a partir de relatos de sujeitos envolvidos nesse contexto. O movimento constituiu-se como mais uma bandeira de luta pela permanência e legitimidade daquela realidade educacional que, levou não só a criação de uma instituição federal na região do Bico do Papagaio, como se converteu em avanços para o Câmpus.

Palavras- chave: Federalização. Câmpus de Tocantinópolis. UNITINS/UFT.

ABSTRACT

The work deals with the movement of the context that triggered the federalization process of the Tocantins University for the current Federal University of Tocantins. The objective is to reflect how this movement has experienced the reality of the University Campus of Tocantinópolis, from subject accounts involved in this context. The movement was constituted as another flag of struggle for permanence and legitimacy of that educational reality that led not only the creation of a federal institution in the Parrot's Beak region, as became advances to the Campus

Key words: federalization. Campus of Tocantinópolis. UNITINS / UFT

Introdução

O presente texto aborda aspectos ligados ao movimento de federalização, o qual em linhas gerais se caracteriza pela transição da Universidade do Tocantins para a Universidade Federal do Tocantins, pontuando como este foi vivenciado por sujeitos envolvidos no processo, no contexto do Câmpus Universitário de Tocantinópolis. Este constituindo um dos polos de formação tanto da UNITINS, como atualmente da Universidade Federal do Tocantins.

Nesse sentido, buscando tecer algumas reflexões acerca desse momento, que desvela-se permeado por uma trajetória de luta, em que a proposta por consolidar uma universidade pública e gratuita se tornou tônica para estudantes e comunidade em geral no Estado do Tocantins, torna instigante recorrer a registros de sujeitos, tais como, alunos, professores, líderes estudantis, que não só vivenciaram este processo, mas que dele participaram ativamente. Assim, tratar deste período, possibilitará “[...] identificar traços de um período significativo da construção do ensino superior no Tocantins que, muitas vezes, se perdem por falta de historiografia”. (ROCHA, 2011, p. 25).¹ Portanto, os elementos aqui elencados buscarão contribuir para a composição desse legado histórico, que incidiu diretamente na atual configuração do ensino superior no Tocantins.

Diante disso, com vistas a sanar a inquietação de como foi vivenciado o processo de federalização no Câmpus Universitário de Tocantinópolis, a partir do resgate da memória de alunos e professores, que assim atuavam na referida realidade educacional no período compreendido ao movimento, foram estruturados os seguintes objetivos: Refletir acerca de como o movimento de federalização foi concebido no Câmpus Universitário de Tocantinópolis, tendo como base relatos orais de sujeitos do referido contexto; Investigar a existência de fatos e acontecimentos que compõe a historicidade do movimento e que foram importantes para sua configuração.

Deste modo, discutir tal temática é pertinente uma vez que busca retratar uma realidade que se configura como histórica no âmbito de formação de professores na região

¹ ROCHA, Damião Trindade. Memórias profissionais: itinerância docente na Unitins no/do Câmpus de Tocantinópolis. In: LOCATELLI, Arinalda [et al], (Org.). **O curso de Pedagogia no Norte do Tocantins: História, memórias e reflexões**. Goiânia: Ed. PUC Goiás, 2011.

norte do Estado do Tocantins. Nesse viés, o Câmpus Universitário de Tocantinópolis possui uma considerável experiência no que concerne à formação de profissionais de ensino, com uma trajetória de mais de quatro décadas - desde 1970 - na função social formativa.

Com este panorama é relevante à investigação que busca refletir sobre as memórias e histórias de agentes que vivenciaram o processo de federalização no Câmpus, na transição da Universidade do Tocantins (UNITINS) para a Universidade Federal do Tocantins (UFT), como forma de resgatar significados e sentidos desses sujeitos.

Tendo em vista essa proposta, para a realização da pesquisa foi desenvolvida uma abordagem que teve como procedimento metodológico a história oral, materializada por meio de entrevistas temáticas. A escolha justifica-se pelo fato de que a história oral é concebida, segundo Alberti² (2004), como ferramenta de ampliação do conhecimento sobre o passado, característica essa que a qualifica como metodologia para a realização dos objetivos do estudo aqui pretendido.

Dessa forma, conforme acentuado por Alberti (2004)³, Cruz (2005)⁴, Meihy (1996 apud Cruz 2005), a história oral se caracteriza pela existência de três modalidades. Contudo, para as reflexões que se buscou realizar foi utilizada a história oral temática, haja vista que “a História Oral temática preocupa-se [...] com temas específicos e busca, na versão do narrador/entrevistado, rememorar sua vivência, possibilitando investigar e analisar as experiências”. (SANTOS; ARAÚJO, 2007, p. 197).⁵ Seguindo essa metodologia, foram realizadas entrevistas⁶ guiadas por uma organização prévia (semidirigidas), que versaram sobre diversos aspectos ligados à temática, tendo por base o registro de fatos e acontecimentos a partir da memória de diferentes sujeitos.

Os sujeitos protagonistas dessa pesquisa foram escolhidos, sobretudo, pelo envolvimento na constituição histórica do Câmpus, e, ainda, pela participação ativa, direta ou indiretamente, no movimento de federalização, o que corrobora para a concretização da

² ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2004.

³ Idem.

⁴ CRUZ, José Vieira da. O uso metodológico da história oral: um caminho para pesquisa histórica. In: **Fragmenta**. Aracaju: UNIT, 2005.

⁵ SANTOS, S. M.; ARAÚJO, O. R. História oral: vozes, narrativas e textos. **Cadernos de História da Educação**, Uberlândia, n.6, jan./dez. 2007.

⁶ Entrevistas realizadas no período de 05 a 29 de Setembro de 2015 na cidade de Tocantinópolis/TO.

proposta encaminhada, pois segundo Cruz (2005, p.09)⁷ “o pesquisador deve atentar-se para [...] o envolvimento desse ator social para com o objetivo da pesquisa [...]”. Outro fator motivador da escolha refere-se à posição que estes ocupavam no processamento da federalização: uma professora efetiva; um aluno líder do movimento estudantil, que também atuou como um dos representantes da comissão que liderou as pautas de reivindicação no processo; e uma professora substituta, como caracterizado a seguir.

Professora Efetiva – egressa como aluna da segunda turma do curso de Pedagogia (1991 a 1995) do Câmpus de Tocantinópolis, foi professora no ano de 1998 e ocupava o cargo de docente no período de federalização, sendo identificada no decorrer do texto como entrevistada 01; Ex-professora substituta do curso de Pedagogia do Câmpus (1997 a 2004), no período da transferência UNITINS/UFT fazia parte do corpo docente da instituição, no desenvolvimento da escrita será referenciada como entrevistada 02; Acadêmico egresso do curso de Pedagogia (1995 a 2000) desta realidade, vivenciando no decorrer do processo de federalização a experiência de Presidente do Centro Acadêmico (C.A), coordenador da comissão multicampus, líder do “Fórum em defesa da permanência do Câmpus de Tocantinópolis”, sendo identificado no presente estudo como entrevistado 03.

Assim, com as informações coletadas, encaminhou-se para: a transcrição, sendo enviada na forma literal aos interlocutores para reconhecimento fidedigno dos fatos narrados; após consentimento, seguiu-se para organização e textualização, levando em consideração a fala dos entrevistados, as reflexões das pesquisadoras e fundamentos teóricos que versam sobre a temática, promovendo a construção compartilhada da produção. Tendo em vista, que segundo Cruz (2005),

A entrevista na História Oral é: uma conversação que não pode ser comparada a outras formas de indagações. Trata-se de uma produção intelectual, compartilhada mediante a qual se produz conhecimento (CRUZ, 2005, p. 05)⁸

Sendo assim, esta composição escrita se organiza a partir da seguinte estrutura: Câmpus Universitário de Tocantinópolis: percurso histórico na formação de professores; Luta pela permanência e legitimação do espaço institucional; O processo de federalização: desdobramentos, conquistas e perspectivas no novo cenário; e considerações finais.

⁷CRUZ, José Vieira da. O uso metodológico da história oral: um caminho para pesquisa histórica. In: **Fragmenta**. Aracaju: UNIT, 2005.

⁸ CRUZ, José Vieira da. O uso metodológico da história oral: um caminho para pesquisa histórica. In: **Fragmenta**. Aracaju: UNIT, 2005.

Câmpus Universitário de Tocantinópolis: percurso histórico na formação de professores

Embora o processo aqui analisado remeta-se ao movimento de federalização, ocorrido entre os anos de 2000-2003, é necessário fazer alguns apontamentos acerca da constituição histórica do contexto, uma vez que essa realidade educacional vivenciou momentos importantes no âmbito de formação de professores na região.

O Câmpus universitário de Tocantinópolis, situado no extremo Norte do Tocantins é geograficamente localizado à distância de 517 km da capital do Estado (Palmas), constituindo-se, a partir de 2000, como um dos polos da Universidade Federal do Tocantins, instituição de natureza jurídica pública. Todavia, a configuração desse contexto educacional como espaço de formação de professores é datado no ano de 1970, período que nem mesmo o Tocantins como estado da República Federativa do Brasil existia. Esse legado é registrado no Projeto Político Pedagógico do Curso de Pedagogia:

O Campus de Tocantinópolis teve origem em 1970 como Centro de Formação de Professores Primários (CFPP). Em 1990, o CFPP interrompeu suas atividades de habilitação e formação de professores para a educação básica, transferindo parte de sua estrutura física e mobiliária para a recém-criada Universidade do Tocantins (UNITINS) que, de certa forma, continuou formando professores, todavia em nível superior, ofertando o Curso de Pedagogia (PPP, 2007, p. 14).⁹

Deste modo, após ser inserido como componente da recente criada UNITINS¹⁰, o Câmpus integra em sua proposta de formação o curso de Pedagogia, que constitui o pioneiro nesse período de institucionalização. Posteriormente, dada às demandas por formação em nível superior no Estado, passa a configurar-se como um dos Centros Universitários de Formação de Profissionais da Educação - CEFOPE (1999), como acentua Padovan (2005),

⁹ Câmpus Universitário de Tocantinópolis. **Projeto Político Pedagógico do curso de Pedagogia**. Tocantinópolis, 2007, 175 p.

¹⁰ Sobre a criação e implantação da UNITINS, Pinho (2007, p.61) assegura que, “[...] no dia 21 de fevereiro de 1990, o governador José Wilson Siqueira Campos promulgou o Decreto nº 252/90, criando a Unitins [...] a Unitins foi formalmente implantada, em março de 1991, com cursos de formação de professores para os campi de **Tocantinópolis**, Arraias e Guaraí [...]”. (grifo nosso). (PINHO, Maria José de. **Políticas de formação de professores: intenção e realidade**. Goiânia: Cànone, 2007)

[...] a então universidade instala um projeto de atendimento aos projetos de formação inicial e continuada de professores no Estado e atribui ao Câmpus universitário de Tocantinópolis e de Miracema (região Centro-sul) a denominação de Centros de Formação de Profissionais da Educação CEFOPE. (PADOVAN, 2005, p. 48)¹¹

Sendo assim, é notório que o Câmpus participou desta política de formação de professores da Universidade do Tocantins, por já possuir estrutura e bases decorrentes da experiência anterior nessa área de atuação. Além destas iniciativas, que colocavam o Câmpus de Tocantinópolis em uma centralidade no que se remete ao caráter de formação de professores na região, são registrados outros projetos formativos que foram desenvolvidos em parcerias da universidade com outras instâncias, como parte de uma política nacional de formação de professores, como por exemplo: os cursos de Regime Especial¹².

Outro registro que se volta para as ações de formação de professores nessa localidade situa-se na existência do curso Normal Superior (2000), que concomitantemente ao curso de Pedagogia atuava na habilitação de professores para os anos iniciais do ensino fundamental.

Estes apontamentos são encadeados e apresentados apenas com o intuito de situar a extensa experiência do Câmpus como espaço de formação, e são ilustrados como forma de contextualizar a reflexão que segue, uma vez que ao analisar um fenômeno o seu contexto histórico pode contribuir para o entendimento de suas atuais estruturas, e dos processos gestados em seu plano interno. Assim, na sequência, são apresentados fatos e acontecimentos que perpassaram a constituição do legado do Câmpus Universitário de Tocantinópolis.

Luta pela permanência e legitimação do espaço institucional

¹¹ PADOVAN, Regina Célia. Memória e formação docente: indícios e registros da Identidade educacional na região do bico do papagaio. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.20, p. 45 - 51, dez. 2005. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/20/art05_20.pdf. Acesso em: 28 out. 2015.

¹²De acordo com Pinho (2007, p. 127) “[...] no Estado do Tocantins, a Secretaria de Educação criou o Regime Especial: cursos voltados para atender à demanda do sistema de ensino estadual. O projeto foi respaldado pelo Convênio nº116/8, celebrado entre a Seduc e a Unitins, com o objetivo de oferecer cursos de licenciatura plena, visando garantir a formação de professores que atuavam na rede estadual de ensino”. (PINHO, Maria José de. **Políticas de formação de professores: intenção e realidade**. Goiânia: Cãnone, 2007)

O Câmpus de Tocantinópolis na luta por sua legitimação e fortalecimento como instituição formativa no âmbito do ensino superior, vivenciou distintos momentos, marcados por períodos de instabilidade e de engajamento social de seus atores. Sendo assim,

A história da criação e permanência do Câmpus Universitário de Tocantinópolis [...] é uma história que merece ser contada, estudada, pesquisada, pois é uma história marcada tanto por desafios e enfrentamentos como também por vitórias. (LOCATELLI et al., 2011: introdução)¹³

Neste sentido, destacam-se nesta historicidade, envolta em manifestações que buscavam antes de tudo a defesa de um espaço de formação em nível superior naquela região, dois processos: a luta pela permanência do Câmpus (1999), e o movimento de federalização (2000), cujo objetivo emanava na criação de uma universidade de direito público e gratuita no Estado do Tocantins, que até então se constituía como único território da Federação que não possuía em sua conjuntura uma instituição de nível superior de direito público e de responsabilidade federal.

Assim, como movimento antecessor àquele que futuramente desencadearia a luta pela chamada federalização, organizou-se na realidade do Câmpus interiorano de Tocantinópolis, um movimento da comunidade acadêmica (docentes e discentes) em parceria com membros da sociedade civil, em prol do não fechamento desta localidade educacional. Essa organização, realizada no ano de 1999, aconteceu em virtude do contexto político regional que ensejava o fechamento dos câmpus localizados no interior do Estado, como explicitado no depoimento a seguir,

[...] em 1999 esse [movimento] que desejava o fechamento do Câmpus, não era só o nosso Câmpus, era o de Arraias, de Tocantinópolis, Guaraí, Paraíso [...], por exemplo, o de Tocantinópolis iria para Araguaína, inclusive deixou de ter vestibular por uns dois anos, mais ou menos isso porque o processo de fechamento implicava em não abrir mais vestibular, e aí o contexto político era esse, o governo queria centralizar os cursos [...] (Entrevistado 03)

¹³ LOCATELLI, Arinalda. et al. Introdução. In: LOCATELLI, Arinalda [et al] (Org.). **O curso de Pedagogia no Norte do Tocantins: História, memórias e reflexões**. Goiânia: Ed. PUC Goiás, 2011.

Diante desse cenário, alguns câmpus fecharam suas portas durante esse período, tais como: Guaraí, Paraíso e Colinas. O principal objetivo dessa atitude consistia em unificar nos grandes polos (cidades) os cursos, como forma de tornar a instituição mais atrativa, pois a proposta do governo era privatizar a UNITINS enquanto instituição de ensino superior. No que concerne à privatização,

[...] é entendida num sentido amplo, como a delegação de responsabilidades públicas a organizações, entidades privadas ou pessoas. Nos últimos dez anos da história do Tocantins, tem-se verificado a intenção da maioria dos governos de conjugar esse verbo em relação ao ensino superior, em todos os tempos, em todos os modos e em todas as pessoas. (PEREIRA, 2011, p. 113)¹⁴

Motivado por essa “conjugação” – privatização - iniciou-se a busca pela centralização dos cursos e a proposta de fechamento dos câmpus do interior, demonstrando por esse viés, o interesse mercadológico por parte do poder estadual e a negligência com que foram tratados os contextos educacionais dos câmpus interioranos. No caso de Tocantinópolis, a tentativa não se concretizou, em virtude de uma organização ativa da comunidade em defesa e pelo fortalecimento do referido espaço educacional.

Tendo por base o conhecimento dessa intenção de privatizar a universidade, que avançava cada vez mais rumo ao fechamento do Câmpus, a comunidade tocanopolina estruturou a luta por sua permanência, levados por entre outros motivos, pela compreensão de sua importância para a região, uma vez que se apresentava como referência no âmbito da formação superior, inclusive atendendo alunos de diversas cidades circunvizinhas.

Em conformidade com essa conjuntura, a comunidade acadêmica e local, atuando como principais líderes os acadêmicos e docentes, organizaram uma comissão denominada, “Fórum em Defesa da Permanência do Câmpus de Tocantinópolis”, caracterizado como:

[...] movimento da sociedade civil organizada encabeçada por nós docentes [...] que lutou para que o Câmpus não fechasse, isso em 1999, e de fato a gente [...] teve o apoio de todo mundo, juiz, bispo, padre, pastor, ACITO, foi um negócio muito bonito, diretor de escola, promotor de justiça, todo mundo estava junto, o ensino médio, a comunidade toda [...] (Entrevistado 03)

¹⁴ PEREIRA, Fabíola Andrade. A educação de Pessoas Jovens e Adultas e a cidadania no Campo: refletindo o Pronera no norte do Tocantins. In: LOCATELLI, Arinalda. [et al], (Org.). **O curso de Pedagogia no Norte do Tocantins: História, memórias e reflexões**. Goiânia: Ed. PUC Goiás, 2011.

Destarte, esse Fórum promovia discussões periódicas e buscava apoio junto aos líderes políticos locais, tais como: prefeito, vereadores e demais entidades da região. Além disso, seus membros – docentes e discentes - atuavam na criação, organização e circulação de documentos¹⁵ que se transformavam em ferramentas a favor da luta desencadeada. Estes buscavam pontuar a importância do Câmpus para o contexto local, e se materializavam no formato de cartas, escrita de dossiê, dentre outros.

Todo esse fervilhar de ações, que se configurava na estrutura interna do Câmpus, desenrolou um terreno de reivindicação naquela região, demonstrando a força do movimento que contribuiu para a permanência de uma instituição de ensino superior no interior do Tocantins. Instituição essa que atuava na formação de professores, para o cumprimento da demanda de profissionais para a rede pública de distintas localidades.

A importância em destacar esse acontecimento histórico, justifica-se por ele mesmo converter-se no enredamento para o movimento posterior, o processo de federalização, conforme é elencado por uma das entrevistadas:

Eu diria que culminou no processo de federalização, porque ela [UNITINS] quer diminuir, se recolher, diminuir a quantidade de câmpus, e dá a ela um novo formato e não consegue [...] então a válvula que ela encontra é vamos federalizar [...] eu diria que o Fórum de Permanência ele reforça e muito a ideia, a luta pela federalização que já era falada há muito tempo. (Entrevistada 01)

Portanto, o Câmpus de Tocantinópolis que já participara de um efervescente processo de luta por sua permanência no ano de 1999, em 2000 intensifica as ações, agora em âmbito estadual, pela transformação da Universidade do Tocantins em uma universidade de natureza jurídica pública, gratuita e sob a responsabilidade da União.

Todos esses acontecimentos constituem-se como movimentos históricos no legado de composição do Câmpus, que assim podem ser sintetizados:

¹⁵ Em Pereira (2011, p. 119) a autora faz referência a documentos desse contexto: Carta endereçada às autoridades locais; abaixo-assinado; informativo. (PEREIRA, Fabíola Andrade. A educação de Pessoas Jovens e Adultas e a cidadania no Campo: refletindo o Proneiro no norte do Tocantins. In: LOCATELLI, Arinalda. [et al], (Org.). **O curso de Pedagogia no Norte do Tocantins: História, memórias e reflexões**. Goiânia: Ed. PUC Goiás, 2011.)

Quadro 01: Síntese das experiências formativas no contexto do Câmpus de Tocantinópolis

Instituição	Período de vigência no contexto educacional de Tocantinópolis	Características
Centro de Formação de Professores Primários (CFPP)	1970 ¹⁶ - 1991	Os Centros de Formação de Professores Primários do Estado de Goiás, projetados no período e 1964 a 1971, constituíram uma proposta de formação para professores leigos. Como política educacional idealizada em um contexto amplo, incluiu o município de Tocantinópolis (1971), bem como outras regiões, tais como: Morrinhos e Catalão (1964); e Inhumas (1972).
Universidade do Tocantins (UNITINS)	1991 – 2000 ¹⁷	1990 - Decreto 252/1990 cria a Universidade do Tocantins; 1991 – Lei 326/1991 estruturação da Universidade do Tocantins em forma de Autarquia. 1996 – Lei 872/1996 transformação da Universidade do Tocantins em Fundação. (Fundação Pública de Direito Privado – Mantida por entidades públicas e particulares – apoio do governo do Estado)
Universidade Federal do Tocantins (UFT)	2000	2000 - Lei 10.032/2000 institui a Universidade Federal do Tocantins. 2003 – Início das atividades com a posse dos primeiros professores efetivos;

¹⁶ Na fase inicial dessa experiência no Câmpus a região pertencia ao Estado de Góias, sendo que, posteriormente, a partir de 1988 com a criação do Estado do Tocantins passa a fazer parte do cenário educacional do novo Estado.

¹⁷ Embora o decreto de criação da Universidade Federal do Tocantins seja de 2000, a efetivação desta só acontece em 2003. Nesse espaço temporal é fomentada a transição, inclusive, com a criação de uma comissão que encaminhou as mudanças necessárias para a implantação da Universidade Federal do Tocantins.

		transferência dos cursos regulares da UNITINS.
--	--	--

Fonte: Produzido pelas autoras

O processo de federalização: desdobramentos, conquistas e perspectivas no novo cenário

A atual Fundação Universidade Federal do Tocantins, com sua estrutura e abrangência territorial, é reflexo de um intenso processo de luta, que registrada em seu histórico de configuração revela-se como verdadeira mobilização social em busca de um ensino público, gratuito e de qualidade. Embora o movimento se desenrole em âmbito estadual, cada câmpus se envolveu de acordo com suas especificidades e possibilidades de movimentação de seus agentes. É neste percurso que buscar-se-á destacar as expressões deste movimento, e o envolvimento de sujeitos oriundos da realidade do Câmpus Universitário de Tocantinópolis.

A agitação que clamava pela a criação de uma universidade federal no Tocantins, se desenvolveu a partir da existência de fatores que, se configuraram como pano de fundo potencializador para o desencadeamento do processo, dentre os quais: a cobrança de mensalidade por parte da UNITINS, uma vez que se constituía como de direito privado, o que acarretava em custo oneroso para aqueles que buscavam uma formação de nível superior, essa cobrança se estendendo para outras áreas dentro da instituição, como por exemplo, a aquisição de documentos; assim também, a intenção do governo em privatizar a Universidade do Tocantins, retirando com isso a possibilidade de constituição de uma instituição de ensino superior pública no Estado do Tocantins. Com esse cenário, iniciou-se uma mobilização regional, conforme explicitado no seguinte depoimento:

[...] em 2000 a gente começou um processo estadual para reverter essa situação de venda da universidade, da UNITINS, e o retorno à gratuidade do ensino, do ensino superior, porque o Tocantins era o único Estado do país que não possuía, inclusive uma universidade pública, porque naquela época a UNITINS cobrava mensalidade e não existia então também a federal no Estado do Tocantins. (Entrevistado 03)

Diante desse contexto, marcado por insatisfação e reivindicações por uma universidade pública e gratuita, materializadas por manifestações principalmente por parte do corpo discente, a busca por esse objetivo foi ganhando força e constituindo bandeira de luta de entidades estudantis, como o Diretório Central dos Estudantes (D.C.E) e Centro

Acadêmico (C.A). Contando ainda, com populares que apoiavam e junto com os líderes do movimento constituíram um processo com proporções estadual.

Dado as distintas localizações geográficas nas quais se situavam os câmpus da então UNITINS, os alunos organizavam comissões, como forma de unificar o debate e com isso compor um grupo coeso em torno do objetivo proposto. Essas comissões eram formadas por representantes das diversas realidades educacionais da instituição, dentre elas Tocantinópolis. Assim sendo, como reflexo desse envolvimento multicampus, surgiu o movimento S.O. S UNITINS que por sua nomenclatura já cristaliza o teor em torno do qual se organizava.

Esse movimento, organizado a partir de uma comissão intercurso, unificou e intensificou o debate gerando ações e pautas de luta. Com isso e nesse cenário que se desenhava, o grupo que liderou o processo encontrava resistências por parte do governo, o qual contrário ao que era reivindicado tinha por interesse explícito a privatização da UNITINS, inclusive, o estabelecimento de diálogo entre governador e grupo discente era negado e dificultado. Assim, as negociações junto ao poder público estadual eram intermediadas pelo secretário do governo, o que para muitos estudantes gerava uma posição insatisfatória uma vez que desejavam o contato direto com o governador.¹⁸

Ao longo do movimento, as manifestações eram concebidas por meio de greves¹⁹; reuniões realizadas em Palmas, nas quais concentravam as lideranças; passeatas nas principais ruas da Capital; realização de pedágios com teor representativo da “compra simbólica” da instituição (UNITINS); abaixo assinado, assim como envio de documentos para o Ministério Público, enfim, buscava-se a constituição de instrumentos de luta.

Na realidade do Câmpus de Tocantinópolis houve um engajamento fortuito do corpo discente com ações diretas junto ao movimento, enquanto que o corpo docente, embora externasse apoio, teve uma participação mais voltada para discussões internas, demonstrando um envolvimento mais restrito, como aborda um dos entrevistados:

¹⁸ No período José Wilson Siqueira Campos era Governador do Estado e Eduardo Siqueira Campos secretário de Governo.

¹⁹ Nos jornais da época são encontrados registros das ações desenvolvidas pelo grupo: *Jornal do Tocantins* (02/04/2000) “Estudantes da Unitins realizam manifestações”. *Jornal do Tocantins* “Alunos da Unitins decidem por greve” (Movimento atinge todo o Estado e aulas ficam paralisadas por tempo indeterminado). (LIMA, Samuel. Siqueira agirá com rigor contra manifestações. **Jornal do Tocantins**, 02 de abril de 2000.)

[...] a participação maior foi do corpo discente, porque os professores eles davam apoio, mas a maioria deles eram contratados [...] então resultado, eles se veem basicamente impedidos ou com muita dificuldade para participar da movimentação, porque isso implicaria na demissão deles [...]. (Entrevistado 03)

Essa constatação anunciada nesse depoimento é inquietante, pois demonstra a situação dos profissionais de ensino em uma subordinação velada, reféns da situação de instabilidade na qual se encontravam o que fez com que participassem no âmbito de construções locais, por meio de debates e discussões, como constata a docente:

[...] os professores faziam essa discussão, da necessidade, da importância, do contexto histórico, do que poderia crescer em termos social, político, econômico [...] (Entrevistada 02)

Assim, a sustentação do movimento teve por base as práticas conjugadas de líderes estudantis dos vários câmpus. Em Tocantinópolis, além da organização estudantil, e da participação de estudantes nas manifestações realizadas pelo eixo central – capital Palmas - o grupo daquela localidade buscou apoio junto a representantes políticos da região, tais como: prefeito do município e deputado estadual.

Todavia, com todos esses embates, principalmente políticos, a federalização ocorreu, fruto de um processo intenso. Conforme podemos perceber na fala abaixo:

Então, não foi um movimento tranquilo, ele é um movimento longo, de longas datas, ele vem tomando força, tomando fôlego mesmo. (Entrevistada 01)

Destarte, verifica-se que o processo desencadeado tomou proporções amplas, buscando em cada câmpus lideranças e apoio para o fortalecimento das pautas reivindicatórias. Desse modo, após um período intenso de ações organizadas, o movimento por uma universidade pública e gratuita finalmente teve êxito. A UNITINS não mais cobraria mensalidade, bem como foi interrompida a proposta de sua privatização.

Para validar sua decisão o governo assinou um acordo²⁰, assegurando, também, a mudança de natureza jurídica da instituição que até então oscilava com frequência, fato este

²⁰ O *Jornal do Tocantins* de 27 de abril de 2000 trouxe a seguinte informação: “[...] um documento, chamado de Compromisso Público [...] Através do documento o Governo do Estado se compromete a não privatizar em

que a inseria em um processo de “várias reestruturações, inclusive numa entidade pública, mas não estatal, de direito privado, mas não particular”.²¹

A respeito dessa conquista, corroborada pela assinatura do acordo, assim é caracterizada:

[...] quando o governo percebeu que a gente estava naquele movimento [...] no caso o Eduardo Siqueira Campos assinou um termo de compromisso dizendo que se comprometia a mudar a natureza jurídica da universidade e tornar gratuito os nossos cursos. (Entrevistado 03)

Esse acordo contemplou as reivindicações do grupo, pois a universidade passaria a ser de direito público e gratuita. A partir de então, outra aquisição era reivindicada, a federalização, e em torno desse objetivo liderança estudantil e governo uniram forças, este último devido a pressões anteriores buscou pontuar uma saída para a situação.

Dessa forma, foi criada a Comissão Interlocutora, composta por alunos, professores, sociedade e membros do governo, que assim garantia a participação ampla e democrática na tomada de decisões nos rumos da universidade. Foi nesta comissão inclusive que se estabeleceu a nomenclatura federalização para designar o processo de transição UNITINS/UFT, validada com a promulgação de decretos no ano de 2000. Nesse sentido, destaca um dos líderes do movimento:

[...] nessa reunião interlocutora apareceu o termo federalização e resultado, a gente se juntou, o governo na verdade queria se livrar da despesa, queria se livrar da UNITINS, ou cobrando mensalidade nossa ou transferindo para federal [...] (Entrevistado 03)

Portanto, o governo²² com esse interesse de transferência de responsabilidade buscou alianças que contribuíssem para as negociações que encaminhasse para tornar real a

hipótese nenhuma a Unitins e nem celebrar nenhum tipo de contrato de gestão privada. O documento também assegura que em 90 dias será deflagrado, junto com a sociedade e os estudantes, um movimento para a federalização da universidade [...]”.(NÓBREGA, Wanja.; GOUVEIA, Jorge. Acordo com governo leva ao fim da greve. **Jornal do Tocantins**, 27 de abril de 2000).

²¹ MAIA, Maria Zoreide Britto. Os bastidores da transição UNITINS/UFT. In: **XVIII Simpósio de Estudos e Pesquisas da Faculdade de Educação: educação e sociedade**. Goiânia: UFG, 2009. Disponível em: <https://anaisdosimposio.fe.ufg.br/up/248/o/1.3.22.pdf>. Acesso em: 05 dez. 2015

²² *Jornal do Tocantins* em 06/04/2000: “O Governador pediu mais: que os estudantes se unam à classe política e ao Governo para sensibilizar o Governo Federal na implantação da Universidade Federal do Tocantins”. (COSTA, Luiz Armando. Governo quer debater a nova universidade. **Jornal do Tocantins**, 2000).

federalização, contribuindo, dentre outras formas, com a doação de prédios e funcionários da então UNITINS, e recurso para custeio de algumas despesas. E com este panorama, segundo Pinho (2007),

Em 19 de junho de 2000, o governador José Wilson Siqueira Campos sancionou a Lei 1.160, que determinava a passagem da Unitins ao âmbito federal. Em seu artigo 18, parágrafo único, a lei estabelecia: “Os bens patrimoniais da Unitins poderão ser transferidos, no todo ou em parte, por doação ou cessão, para a futura Universidade Federal do Tocantins”. (PINHO, 2007, p.63)²³

Com esse contexto se materializando, teve início a transferência do patrimônio, bem como a criação de um reitor *pro tempore* em 2002, culminando esse processo (federalização) em 2003 com a abertura de concurso público para professor efetivo. Todavia, no Câmpus de Tocantinópolis, a retirada da UNITINS não significou o surgimento imediato de uma instituição federal plena e organizada, isso devido a distintos fatores, como a existência de um patrimônio muito deteriorado, desde estrutura física até documentação,

[...] passou todo o seu patrimônio para a UFT, passou sim, mas só que passou um patrimônio completamente falido, inclusive falido os PPC's dos cursos [...] (Entrevistada 01)

Diante disso, a recém-criada Universidade Federal do Tocantins precisou firmar-se como uma instituição pública, gratuita e provedora de um ensino superior de qualidade na região do Bico do Papagaio²⁴, inclusive, com o ônus de reerguer a estrutura recebida.

Como apresentado, o movimento que levou a constituição de uma universidade federal no Estado do Tocantins foi marcado por lutas, reivindicações, descompassos e permeado por desafios, dentre os quais é possível citar: a falta de abertura ao diálogo com o Governo do Estado; a ameaça de fechamento dos câmpus do interior; e atrelado a esses fatores, a

²³(PINHO, Maria José de. **Políticas de formação de professores: intenção e realidade**. Goiânia: Cãnone, 2007.

²⁴ Segundo Ferraz (1998) apud Locatelli et. al. (2011: introdução) “A região denominada “Bico do Papagaio”, assim conhecida pela sua forma geométrica, deve ser compreendida não apenas pelo espaço geográfico entre o baixo Araguaia e o Rio Tocantins, mas também por uma vasta região de entorno [...]. Área correspondente ao norte do Tocantins, sul do Pará e oeste do Maranhão, é também denominada região tocantina”. (A região abrange 25 municípios). (LOCATELLI, Arinalda. et al. Introdução. In: LOCATELLI, Arinalda [et al] (Org.). **O curso de Pedagogia no Norte do Tocantins: História, memórias e reflexões**. Goiânia: Ed. PUC Goiás, 2011.)

dificuldade de romper com as estruturas já consolidadas e com o desejo mercadológico de privatização, pontualmente desejado pelas autoridades estaduais.

Contudo, é importante salientar que, a criação da Universidade Federal do Tocantins atrelou-se a um contexto de política de expansão do ensino superior consubstanciada no âmbito nacional. Portanto, situa-se, de forma geral, como parte de um projeto expansionista desse nível educacional brasileiro que de acordo com Mancebo; Araújo; Barbosa (2015, p. 35)²⁵,

[...] ocorre no mesmo diapasão e para o atendimento das mudanças contemporâneas ocorridas na produção e valoração do capital, a reestruturação produtiva, que teve seu início sistematizado, no Brasil, a partir da década de 1980, e, em segundo lugar, toma impulso e ganha organicidade a partir da reforma gerencialista do Estado brasileiro, posta em movimento em 1995, pelo então ministro da Reforma do Estado Bresser- Pereira, e em curso até os dias atuais.

Nessa conjuntura, o movimento que propulsionou a criação da Universidade Federal do Tocantins que, se configurou por um enredamento multicampus, mas com características e marcas específicas em cada realidade envolvendo diferentes sujeitos, é pontuado pelos entrevistados como significativo. Sendo, também, acentuando por estes, os desdobramentos e avanços que sucederam, atrelando a este marco o fortuito crescimento do Câmpus de Tocantinópolis, que a partir de então começou a situar-se como instituição federal, organizando em novas estruturas os cursos existentes e adquirindo outros, como é acentuado na seguinte colocação:

[...] hoje tem e está pra chegar outros [cursos], então o Câmpus daqui já abraçou, veja bem, já tem Pedagogia, agora Educação do Campo, Educação Física, Ciências Sociais, quer dizer, veja como já avançou [...] (Entrevistada 02)

As modificações no atual contexto podem ser presenciadas também por meio da estrutura física, que além das reformas, mais recentemente está em fase de construção um novo prédio para comportar as atuais demandas. Destarte, visualiza-se que a busca pela composição de um espaço formativo que viesse a contemplar uma formação com condições

²⁵ MANCEBO, Deise; VALE, Andréa Araújo; MARTINS, Tânia Barbosa. “Políticas de expansão da educação superior no Brasil: 1995-2010”. In: **Revista Brasileira de Educação**, v.20, n. 60, p.31-50, jan.-mar. 2015. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=27533496003>. Acesso em: 10 mai. 2016.

voltadas para a realidade local, desdobrou-se em uma conquista que marcou a permanência do Câmpus, sua legitimação como espaço de formação superior, gerando frutos não só imediatos como provendo resultados longínquos e gradativos.

Considerações finais

Pelas informações apresentadas, verifica-se a configuração de um processo histórico que não só envolveu diferentes sujeitos na realidade do Câmpus de Tocantinópolis, como representou uma das grandes conquistas pela legitimação deste espaço educativo na oferta de ensino superior. Percebe-se pelas falas dos entrevistados, como foi necessário o movimento organizado em torno de uma universidade organizacionalmente pública e gratuita, como forma de garantir e ampliar o acesso à educação nesse nível.

Com base nos relatos, é perceptível que o Câmpus de Tocantinópolis vem se constituindo ao longo do tempo como referência, no que se refere à oferta, no âmbito de formação de professores na região em que se situa, o qual possui um contexto marcado por inúmeras experiências educacionais. Assim, ao perceber como foi vivenciado o movimento que tornou o Câmpus um polo de instituição federal, tendo por base depoimentos de sujeitos que presenciaram esse momento, logo é revelado que este se configurou apenas como uma das ações desencadeadas nesta realidade.

De modo geral, a luta que teve início com a busca pela efetivação de uma universidade pública e gratuita, desencadeou todo um fervilhar de acontecimentos que culminou na criação de uma instituição de ensino superior federal no Estado do Tocantins. Fato este que representou para o Câmpus de Tocantinópolis, conforme acentuado pelos entrevistados, como um movimento que não foi tranquilo, com grande repercussão, configurando até mesmo a garantia de continuidade do Câmpus. Outrossim, foi percebido que a nova conjuntura revelou-se como uma conquista propícia para a legitimação de avanços e progressos.

A investigação empreendida propiciou o conhecimento de um conjunto de ações, desencadeadas em um contexto histórico de expansão do ensino superior no Brasil, demonstrando como, em uma realidade específica, a luta pela conquista de uma instituição de ensino superior federal representou um esforço coletivo e engajado de diferentes atores sociais.

Depreende-se ainda, que a contribuição da investigação, também, versa no estabelecimento da história oral como elemento favorecedor na revelação de fatos até então

latentes na historicidade do lócus em destaque. Contribuindo, desta forma, para a ampliação do conhecimento sobre o passado do Câmpus, tendo como pano de fundo a confluência de memórias para a constituição de uma história. Esta, por sua vez, não se caracteriza como única, pois é descrita sob o prisma de olhares carregados de subjetividade e enredada a partir do que foi vivido e concebido pelos os sujeitos.